



COMUNICADO DE IMPRENSA

Lançamento do Relatório de Tráfico de Pessoas de 2013

A Embaixada dos Estados Unidos tem o prazer de anunciar a divulgação do 13º Relatório sobre o Tráfico de Pessoas em todo o mundo, incluindo em Moçambique, que se encontra disponível no *website* do Departamento de Estado dos E.U.A., www.state.gov, bem como a versão em Português no *website* da Embaixada dos E.U.A.: www.maputo.usembassy.gov. No dia 19 de Junho, o Secretário de Estado, John Kerry, divulgou oficialmente o relatório deste ano relativo a cerca de 184 países, incluindo os Estados Unidos.

Os Estados Unidos reconhecem os crescentes esforços de Moçambique no combate ao tráfico de seres humanos – uma forma de escravatura dos dias modernos. Este ano, Moçambique registou mais do que o triplo das suas condenações ao abrigo da lei anti-tráfico. No próximo ano, acreditamos que sejam necessários esforços ainda maiores no que respeita à identificação de vítimas. O lema do relatório deste ano “Identificação das Vítimas: O Primeiro Passo na Travagem da Escravatura Moderna”.

Informação detalhada também está disponível no website:

<http://www.state.gov/j/tip/rls/tiprpt>

O Governo dos E.U.A. tem produzido relatórios sobre o tráfico de pessoas desde 2001, fornecendo informações sobre as áreas-chave de sucesso e desafios enfrentados pelos diferentes países. Os relatórios são baseados em informações abrangentes que recebemos de governos e instituições multilaterais, de ONGs locais e internacionais, académicos, juristas e, claro, dos meios de comunicação. Estes relatórios representam o nosso compromisso de sermos um líder na análise e combate ao tráfico de pessoas no mundo. No Relatório do TIP, o Departamento de Estado coloca cada país em um de três níveis com base nos esforços de cada país de observância dos “padrões mínimos para a eliminação do tráfico” conforme definido pela lei dos E.U.A. (Lei de Protecção às Vítimas de Tráfico e Violência de 2000). Enquanto o Nível 1 (Tier One) é o de pontuação mais elevada, não significa que um país não possui problemas com o tráfico de pessoas. Pelo contrário, uma posição de Nível 1 indica que um governo reconheceu a existência de tráfico humano, efectuou esforços para abordar o problema, e cumpre com os padrões mínimos da lei. Consideramos o desempenho nesta luta de qualquer governo, incluindo o nosso, como sendo um tema legítimo para comentário e debate internacional, e esperamos que o lançamento deste relatório seja motivo de discussão e diálogo abertos sobre estas questões, não só em Moçambique, mas também noutras áreas do mundo. Esperamos que a imprensa moçambicana continue a prestar atenção a estas áreas ao longo do ano, continuando a fornecer ao público informações pertinentes a este importante tema.

O tráfico de pessoas é um dos maiores desafios que todos os países enfrentam, e deve ser parte do diálogo político, com a sociedade civil, e nas comunidades. Um compromisso forte e consistente com a luta contra o tráfico de pessoas deve constituir prioridade em todo o mundo, e os Estados Unidos promovem vigorosamente esta causa como uma componente essencial da sua política externa. O Relatório sobre o Tráfico de Pessoas é mandatado pelo Congresso dos E.U.A., no entanto, disponibilizamo-lo ao público para aumentar o debate e as parcerias referentes a este tema crucial. Importa referir que na avaliação do desempenho de Moçambique durante o ano 2010, reconhecendo os progressos implementados nesta luta no país, Moçambique evoluiu para o Nível Dois (Tier Two) partindo do Nível Dois da Lista de Países sob Monitoria. Neste ano, a posição de Moçambique continua a mesma. A Embaixada gostaria de destacar duas áreas em que acredita que Moçambique registou progressos no ano passado, bem como duas áreas que permanecem como desafios para Moçambique.

Dois Sucessos:

1 - Relatórios sobre processos judiciais: O Governo de Moçambique continuou a colher estatísticas e a reportar sobre os processos judiciais de pessoas ao abrigo da Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos de 2008. Em 2012, o governo processou judicialmente 19 casos de tráfico, conduzindo à condenação de 23 réus e oito ilibações, um aumento significativo em relação a 2011, em que houve 11 julgamentos e seis condenações. **Estas condenações, em número superior ao triplo, mostram a seriedade do governo em relação ao combate ao tráfico através dos julgamentos.** Elogiamos a decisão do governo de compilar e divulgar estes dados. Esses esforços suplementares mostram o compromisso do governo no combate ao tráfico de pessoas através do sistema judicial.

2 – Aumento da consciência pública: O governo de Moçambique aumentou os seus esforços para prevenir o tráfico de seres humanos através do aumento da consciencialização pública. Com o encorajamento da Procuradoria-Geral da República, os governadores provinciais criaram “grupos de referência” interministeriais em Nampula, Gaza e Manica. O grupo de referência baseado em Maputo organizou uma campanha de consciencialização em Novembro de 2012 na vila fronteiriça de Ressano Garcia que incluiu uma marcha pela vila e discursos oficiais sobre os riscos do tráfico dentro da comunidade. Estes esforços acrescidos ajudam os moçambicanos a aprenderem sobre o tráfico e a forma como podem preveni-lo nas suas comunidades.

Dois Desafios:

1 – Falta de sistema de identificação de vítimas: O lema do relatório deste ano é **“Identificação de Vítimas: O Primeiro Passo para a Eliminação da Escravatura Moderna”.** Embora o Governo de Moçambique tenha feito progresso modesto nos seus esforços para

proteger as vítimas do tráfico, actualmente carece de procedimentos formais para a identificação destas vítimas. Um sistema de identificação de vítimas iria permitir que o governo apoiasse melhor as vítimas do tráfico, assim como conduzir a mais apreensões e julgamentos dos traficantes.

2 - Capacidade insuficiente para monitorizar o trabalho infantil: Embora o governo tenha empregue inspectores de trabalho para monitorizar e rastrear o tráfico de crianças e violações laborais, os inspectores não dispunham de recursos, transporte e formação. Os juízes frequentemente anulavam processos uma vez que os inspectores não preparavam adequadamente as evidências para o tribunal.

A Embaixada espera ansiosamente trabalhar com a comunicação social moçambicana, a sociedade civil, o Governo de Moçambique, e a sociedade moçambicana com vista a prosseguir com o diálogo sobre os progressos e desafios na área do tráfico de pessoas.

Maputo, 20 de Junho de 2013

EMBAIXADA DOS EUA - SERVIÇOS DE IMPRENSA - Prédio JAT 1231 -5º andar -Maputo -Tel: 21 35 5406 Fax: 21 32 9256 -
Email: MaputoIRC@state.gov -Homepage:.maputo.usembassy.gov